

Interdisciplinaridade em ciências sociais: notas sobre política e psicanálise

Flávio Rodrigues Barbosa

Cientista Político e doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Conselho Editorial de Política e Relações Internacionais da Editora Appris; membro efetivo da revista de Etnologia e Ciências Sociais *Ethmundo.de, Magazin für Kultur und Gesellschaft* e membro associado do Corpo Freudiano. Escola de Psicanálise. Seção Rio de Janeiro.

f.rodriguesbarbosa@gmail.com

Resumo

O trabalho aqui apresentado é fruto, em grande parte, de minhas pesquisas que resultaram na publicação de meu primeiro livro, em que buscamos uma forma de contribuir para a aproximação de estudos interdisciplinares entre Ciência Política e Psicanálise, e em parte na palestra proferida por mim na X Semana Didático-Cultural da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), *campus* Barbacena. Ambos os campos de produção do saber possuem técnicas e ferramentas próximas, as quais acreditamos serem de grande riqueza, sobretudo para estudos voltados para o campo da política atrelado à violência simbólica contida nos discursos dos grupos sociais e partidos que tendem à participação no poder. Nesse ponto, destacamos a filosofia de Karl Marx, a sociologia política de Max Weber e a psicanálise desenvolvida por Jacques Lacan, em sua abordagem voltada para a linguística, como nossos grandes contribuidores para a tarefa de desvendar o não dito e o proibido nos discursos das classes hegemônicas. Se num primeiro momento tomamos os autores citados como nossas referências teóricas, na segunda parte, trouxemos uma seleção de discursos como material de análise empírica através do fenômeno social conhecido na história política e social

brasileira como Reação Católica, movimento que significou a retomada de influência da Igreja nos rumos políticos e sociais do país, cujo auge dos conflitos ocorreu na década de 1930. Como interlocutor desse processo de produção historiográfica de um Brasil “geneticamente” católico, debruçamo-nos em vários escritos do jurista, pedagogo e cinematógrafo Jonathas Serrano, sendo este também fundador – ao lado de Jackson de Figueiredo – daquela que seria a “agência de inteligência” responsável pela promoção dos interesses da Igreja no país.

Palavras-chave: política, religião, psicanálise, discurso.

1 Introdução

Pensar a “política” é tarefa árdua e remete para além daquilo que podemos facilmente, e de forma superficial e imediatista, visualizar: um problema administrativo, em que está em jogo, já me utilizando de uma expressão de Michel Foucault (2005), “a gestão dos homens e as coisas”. Crescemos e nos acostumamos a ver a política como o lugar onde grupos de homens disputam espaços para obter o “poder” ou, na melhor das hipóteses – para quem perdeu sua disputa direta –, pelo menos exercer influência sobre o poder. Nesse sentido, o fenômeno “político”, o fazer “política” e sua “análise” não devem estar separadas das análises sobre o “poder”, uma vez que, a partir da visão de mundo daqueles que o exercem ou o influenciam, as ações políticas serão lançadas para fins de obtenção de efeitos sociais. Em nosso trabalho, preferimos utilizar a expressão “discurso político”, como aquele efeito que vai levar um grupo a se tornar hegemônico e exercer uma consequente dominação sobre os outros grupos. Não queremos, com isso, refutar as tradições do campo marxista/marxiano sobre o estudo e teoria das ideologias. Apenas acreditamos que o termo que utilizamos elucida mais facilmente o que é e carrega uma ideologia, pois se trata de uma visão política de mundo em constante “campanha e propaganda”. Entendemos também que o que tal tradição chama de prática ideologizante em nada

difere do que entendemos através das ações e efeitos do discurso político, que, por sua vez, é fruto de um pensamento, em outras palavras: de uma visão política de mundo em constante campanha ou propaganda.

Na tarefa que envolve o trabalho de análise do discurso político (prática política discursiva ou aplicação e disseminação de ideologias), as técnicas da psicanálise vêm se mostrando como importantes parceiras. A descoberta do inconsciente e, justamente, a tarefa de tornar consciente aquilo que fica reprimido, surge para os analistas políticos como uma ferramenta crucial para a recuperação da história social de um povo, assim como de uma determinada época que ficou reprimida e recalada pelas produções de uma história oficial – a versão dos vencedores – oriundo das camadas hegemônicas, ou da produção de uma contra-história, a qual também pode estar carregada de fantasias no discurso daqueles que pretendem se tornar hegemônicos.

Nosso trabalho tem como foco a violência. Quando falamos em violência, não apenas nos referimos aos atentados contra a integridade física de uma pessoa mas queremos ressaltar a presença da violência simbólica na esfera política, encontrada na dimensão dos afetos. Nunca é demais lembrar que, assim como as armas de lâmina e pólvora, as palavras carregam consigo sentimentos. Da mesma forma que as palavras são capazes de transmitir emoções que conduzam as pessoas a se sentirem melhor, também têm o poder de ferir e enganar.

Dentro de uma análise do discurso político, conforme realizamos buscando seguir uma linha lacaniana, procuramos ficar atentos aos jogos proporcionados pelas palavras através das metáforas e metonímias muito utilizadas nos discursos políticos, principalmente aqueles de fundo messiânico e de presença comum nos discursos paternalistas. Lapsos e atos falhos devem ser atentamente analisados, uma vez que podem abrir brecha para a recuperação daquilo que o discurso de dominação recalcou em sua fala. O discurso político tem o poder – o qual exerce sempre que possível – de criar mitos. Não apenas homens que se tornaram figuras notáveis de seu tempo mas

invenções que têm por fim agregar pessoas de acordo com os valores e efeitos sociais intencionados e “sujeitá-las” de acordo com tais valores, legitimando-os através de seu próprio “consentimento”. O mito, disse Lacan (1995), apresenta seu caráter como de inesgotável, reencontrando-se e se reaplicando sobre todas as espécies de dados, juntamente com o molde ambíguo oferecido por sua categoria mítica, por ser um tipo de verdade na qual se trata de uma relação do homem com algo que não se apresenta, como a origem individual do homem, mas toda a gênese de sua criação. No campo político, o mito tem como uma de suas características se apresentar como solução imaginária para conflitos de difícil resolução no plano da legalidade. Um mito fundador carrega consigo um forte sentimento de vínculo da origem de uma coletividade com um passado (gênesis) e é através da mitologização de valores, através de uma história que se realiza a pregação conservadora que se apresenta sempre como advogados da tradição. No campo psicanalítico, o mito também é explicado como “impulso à repetição por impossibilidade de simbolização ou bloqueio à passagem ao real”. (CHAUÍ, 2004, p. 21) Dessa forma, um mito fundador se (re)apresenta constantemente como um passado que não cessa, mas que se impulsiona à repetição de si mesmo, refletindo-se (reformando/reformulando) através de conciliações com os novos valores e linguagens do presente, ou mesmo aqueles que visam ao futuro dentro de um discurso pedagógico.

Por fim, ressaltamos o fato de que em qualquer época histórica o discurso político sempre se realiza tendo como foco uma determinada fobia. Na teoria política contratualista, por exemplo, vemos como objetos fobógenos: a anarquia e o medo da morte violenta, em Hobbes; a segurança da propriedade privada, em Locke; e o despotismo, em Rousseau. Investigar e analisar os discursos políticos deve levar em conta, nas vozes que ecoam através de seus movimentos, o contexto social nos quais estão inseridos. Não é surpresa identificar as três formas de falta de objeto trabalhadas por Lacan (1995) no *Seminário 4: a relação de objeto*. Referimo-nos à privação, frustração e castração, estando estas atreladas à dívida simbólica, dano

imaginário e furo, ou ausência real. Especifica o autor que o furo é a privação. A frustração, por sua vez, está sempre relacionada a um dano imaginário, sendo por isso constituída como o domínio da reivindicação, por dizer respeito a algo que é desejado, porém não obtido, sendo a frustração o domínio das exigências desenfreadas e sem leis, uma vez que o que é ali desejado não se apresenta contida por referências de aquisição e satisfação. A castração, por sua vez, é a dívida simbólica. Relata o autor que a castração de que se trata é sempre a de um objeto imaginário, sendo este objeto imaginário o falo. Na castração, existe uma falta fundamental que está situada como dívida na cadeia simbólica. Na frustração, a falta tem sua correspondência no plano imaginário, como um dano imaginário, enquanto que, na privação, a falta está no real ou hiância real, mas não no sujeito. Para que este tenha acesso à privação é necessário que ele conceba o real como diferente do que já o simboliza. Uma fobia é uma criação imaginária privilegiada, prevalente por um certo tempo, e que tem uma série de efeitos sobre o comportamento do sujeito. Como observa Lacan (1995), o objeto fobógeno não revela seu exterior à primeira vista, mas é percebido quando o vemos aparecer como um sonho repetitivo que nada mais é do que um modelo de ansiedade exteriorizada, se tratando de um objeto fóbico ilustrado de uma imagem paterna absolutamente carente. O que na política aparece de forma mais repetitiva do que uma visão política de mundo em constante campanha e propaganda? Uma visão de mundo de um grupo social não pode ser considerada um sonho que tal grupo alimenta e busca tornar possível em sua sociedade?

Trataremos, então, da temática da política e, pela falta de maior espaço, fornecerei em tópicos os argumentos a serem tratados neste trabalho:

- 1 o tratamento que damos à temática da política e sua relação com a pedagogia;
- 2 algumas definições de ideologias e nossa justificação ao uso do termo discurso político;
- 3 a análise do discurso político através do diálogo com a psicanálise utilizada em meus estudos sobre o fenômeno social

conhecido por Reação Católica, que teve seu auge nas décadas de 1920/30;

4 a tarefa de recuperação histórica e o desocultamento de uma teoria político-teológica do Estado fundamentado na família como sacramento indissolúvel.

2 Política e pedagogia

Jagger (1986) afirma que todos os povos, quando atingem certo grau de maturidade, inclinam-se à prática pedagógica e ao desenvolvimento de ideais sobre a “educação” que norteiem e mantenham agregado esse corpo social. Educar é uma palavra que, conforme nos mostra o uso de metonímias, descarrila para outras, como ensinar, treinar, sujeitar etc. Não esquecendo a tipologia das ações em Max Weber (1988) o ato de educar é uma ação racional que tem o sentido de obter o consentimento daqueles envolvidos e constituintes de uma ação comunitária. Educar visa à finalidade de obter o consentimento e legitimidade política por parte dos grupos políticos e sociais. Por isso, voltando a Werner Jaeger (1986), todo projeto político é um projeto pedagógico e todo projeto pedagógico é um projeto político. Dessa forma, uma pedagogia política ou uma política da pedagogia tem seu epicentro na conflituosa, e portanto, relação política entre Estado e sociedade civil.

Para Marx (xxxx), é por meio da sociedade civil – conjunto de relações econômicas e de interesses privados –, a qual é a formadora de um Estado, que se pode: 1) entender as origens de um Estado; 2) seu caráter de classe; 3) a “natureza” de suas leis; e 4) o conjunto de representações sobre as quais a sociedade civil apoia suas bases. Sendo “criatura” da sociedade civil, o Estado se converte em um mecanismo ou instrumento de garantia das próprias bases sobre as quais se apoiaria tal sociedade civil (hegemônica) que o constitui. Engels (xxxx), por sua vez, define o Estado como fruto do desenvolvimento de uma sociedade quando esta atinge um determinado grau de desenvolvimento, sendo a manifestação confessa de que tal sociedade acumulou irremediáveis contradições das quais não

pode conjurar, dividindo-a antagonicamente. Sendo assim, prossegue Engels (xxxx) para que os homens não se devorem ou consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário colocar um poder (e acrescentamos: de “constrangimento”) acima da sociedade, capaz de amortecer choques e mantê-la nos limites de uma determinada “ordem”. Lênin (2011), em *O Estado e a revolução*, define o Estado como fruto do caráter inconciliável da luta de classes existente dentro da sociedade civil. Sendo fruto desse inconciliável caráter existente na luta de classes, o Estado é um meio ou o instrumento de intervenção na sociedade, tendo por fim manter a luta de classes controlada nos limites de uma determinada “ordem”. Em outro trecho desse famoso texto, Lênin e limita em dizer que só existe Estado quando há luta de classes, sendo através da tomada do Estado que uma classe intervém na sociedade para transformá-la de acordo com suas propostas políticas. Concluindo através de um retorno a Marx (xxxx), o Estado burguês (de classe ou caráter burguês) protege as relações capitalistas de produção, visando a assegurar o domínio do capital sobre o trabalho, a ampliação dos meios de reprodução do capital e a garantia da acumulação privada da produção social. Nessa perspectiva, o Estado burguês tanto é fruto originário da sociedade burguesa, quanto o mecanismo que age de modo a garantir os propósitos dela.

Dentro de todas essas definições sobre a relação Estado e sociedade civil, presentes na tradição marxista, vemos que o Estado burguês é um grande aparelho de “ficação” ou “confecção” a serviço da classe constituinte da sociedade civil que o tomou para si. Pode-se dizer, como muitos já fizeram, que: “o Estado não existe”, “o Estado não é nada”. Em parte, concordamos com tais dizeres quando o definimos como um aparelho de produção de ficções e confecções e queremos com isso dizer que o Estado é um “mito”. Um lugar de exercício da dominação política de uma fração social, que, para manter seu domínio sobre a sociedade civil, dissemina, através dele, suas ideias – devido a maior proporção que tal aparelho pode alcançar – e garantir o consentimento e obediência popular “confeccionando sujeitos”. A confecção de sujeitos garante a

legitimidade e coesão social, em outras palavras: obediência para com os detentores do poder. Vejamos agora a discussão que Max Weber faz do assunto e a contribuição que este outro clássico das ciências sociais dá ao nosso trabalho.

Desde já, não fazemos aqui um trabalho de conciliação entre Weber e Marx, até porque tal empreitada é desnecessária, uma vez que são dois autores, como muitos na academia, que possuem suas divergências, mas também ricas afinidades. Há muito que já ficara exposto, através de estudos do pensamento de Max Weber, que este autor não sofria de perturbações ou “assombrações” provocadas pelo “espectro de Marx”. Weber travou, sim, um rico debate com o conterrâneo filósofo, mas seus ataques, em grande parte, tiveram como mira os revisionistas de sua época e os sociais-democratas.

Para Weber (1988), o Estado é uma manifestação histórica da “política”. O autor trata a política como algo que não se define pelos seus fins, mas pelos seus meios: “o uso da violência”¹; daí o autor afirmar que quem busca a política quer utilizar os meios que lhes são específicos. Dispor da política é dispor da violência e dispor da violência é, nesse caso, utilizar a política como forma de intervenção na vida dos outros. Sendo uma manifestação histórica da política, o Estado é fruto das complexas atividades sociais que formam as bases das organizações sociais e institucionais de uma sociedade. A partir dessa organização, Weber (1988) define o Estado como um moderno agrupamento político que detém o monopólio do uso legítimo da força física e do constrangimento em um determinado território. O uso da força física ou da violência é determinante na concepção de Estado, em Weber (1988), uma vez que afirma o autor que, se a violência estivesse ausente das estruturas sociais, então o conceito de Estado também teria desaparecido. Se no pensamento marxista, o Estado é fruto da luta gerada por contradições internas que levam à luta de classes e que o origina para interferir e

¹ Daí Weber ignorar em sua obra o tratamento da política através do que a palavra em língua inglesa *policy* busca definir sobre o assunto. *Policy* está relacionada à produção e execução de políticas públicas. Weber enxergava isso como a produção e disseminação de valores educativos em que os meios próprios da política estariam ausentes. Argumento este o qual discordamos e achamos contraditório com aquela que ficou conhecida no autor como “sociologia da dominação”.

organizar (que acaba por descarrilar para manter sob domínio) a luta de classes; em Weber (1988), o Estado também figura como fruto da dominação de homens sobre homens, mantido pelos detentores de poder através do monopólio legítimo que possuem do uso da violência. Assim, o Estado também figura como lugar de organização política que detém o monopólio do uso do consentimento através de meios de constrangimentos.

Em ambos os casos, defendemos que o Estado emerge como um mito. Se Marx elaborou suas ideias a partir de sua experiência com os movimentos sociais na França e na Inglaterra, Weber, por sua vez, foi levado pela experiência da “integração forçada”² promovida por Bismarck no processo unificação alemã. Assim, define o autor ser o Estado o resultado expresso de uma nação, definida como uma comunidade de sentimentos que compartilha uma história e um destino político comum, sendo a melhor forma de adequação de uma nação quando esta constitui um Estado próprio.

Se um Estado é uma comunidade de sentimentos que tende a produzir um Estado próprio, não podemos esquecer a relação que esta terá com as outras que constituem a sociedade, ao conquistar e constituir seu próprio Estado e se ver diante da gestão de seus desejos e vontades para com as demais. Se este Estado deve ser governado por um homem ou assembleia de homens, extraímos de *A política como vocação* (1988), uma ideia de relação entre Estado e sociedade civil, em que elementos de pedagogia política estão imbricados para o bom exercício governamental.

O Estado é uma comunidade humana que pretende com êxito o uso que detém do monopólio do emprego da força física. Argumenta Weber (1988) que o detentor desse poder deve ser capaz de contar com a obediência dos membros de seu quadro administrativo e da sociedade que governa. Esse governante deve ser o político vocacionado. Seja aquele que vive “da” política ou mesmo aquele que vive “para” a política, trata-se de um tipo de servidor específico que deve possuir três qualidades:

² Ideia trabalhada por Jacques Lacan a qual se insere em uma relação de violência e dominação em que uma parte obriga a outra a se sujeitar sob pena de perda de algo que a parte mais forte decide, como liberdade, propriedades e até mesmo a vida.

1) paixão; 2) senso de responsabilidade; e 3) senso de proporção. A paixão está ligada ao sentido de objetividade. O político deve possuir uma ligação apaixonada pela causa política da qual luta. Mas só a paixão não faz o político. Como observa Weber (1988) a política é algo que se deve fazer com a cabeça, sendo necessário o senso de responsabilidade para que o político não se esqueça de que ao lidar com política, lida com violência e constrangimentos, podendo causar muitos prejuízos. O senso de proporção complementa as duas qualidades anteriores, uma vez que funciona como censor e também vetor de avaliação dos benefícios ou malefícios que pode causar uma decisão política no todo social. Seguem-se daí dois pecados mortais que podem afetar os políticos: 1) a irresponsabilidade – na qual o político não liga para seus atos e nem para as proporções de suas decisões políticas –; e a falta de objetividade – que sugere que o político gosta do poder apenas pela sua aparência e ostentação.

Weber (1988) também realiza uma distinção entre ética e política, sendo a política antiética e a ética antipolítica. Não se pode deduzir uma ética da política, nem uma política da ética, sendo necessário fazer um jogo entre as duas partes para que se encontre a “medida de emprego da política”. Encontrar a medida de emprego da política está atrelado aos senso de responsabilidade e proporção, uma vez que todo uso da política traz problemas e conflitos. Prossegue daí uma ética dos fins últimos, que estabelece que toda política deve ter uma causa, para que não se caia na falta de objetividade, em que a causa política não tem o valor de ser um fim em si mesma, uma vez que é usada contra os outros. Tudo dependerá do grau de legitimidade e consentimento que se terá sobre a política.

3 Ideologia e dominação. Efeitos da política e seu discurso

No que diz respeito à tipologia das ações daquela que ficou conhecida como sociologia da dominação, Weber seguiu o mesmo método anteriormente empregado: construiu tipos ideais de sentidos diferentes entre si. Para Weber (1977) a

“dominação” é um caso especial de poder, sendo a definição de poder o seu ponto de partida para o entendimento e posterior esclarecimento do que se entende por seus tipos ideais. Segue-se que, por poder, define o autor como a possibilidade de que um homem, ou grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária, até mesmo contra a vontade de outros que participam dessa ação.

Poder e dominação dizem respeito à relação social: conduta humana plural, cujos sujeitos agem se orientando uns pelas condutas dos outros, isto é, reciprocamente. Dominação é relação social entre quem lidera e quem é liderado e “consente” a liderança; é relação social entre um chefe ou comandante e quem é subordinado, que, mesmo que faça oposição, consente com a chefia e a liderança do outro segundo as regras do jogo estabelecido entre as duas partes. Nesse caso especial de poder que Weber trata a dominação, não existe resistência, mas consentimento e legitimidade. O lugar do poder reside na ação comunitária, relativa aos indivíduos e as relações que nela tomam parte. Seguindo com seu tratamento sobre a política, acrescenta o autor que esta também compreende qualquer liderança independente em ação e como um meio de participação no poder e sua distribuição e, assim, quem participa da política luta pelo poder. Para que o Estado consolide sua existência, é necessário que os dominados obedeçam à autoridade alegada pelos detentores do poder. A obediência, por sua vez, é determinada por motivos de crença, seja a crença em algo que se deve temer ou algo ao qual se deve depositar esperança. Dessa forma, Weber (1988) estabelece três tipos ideais de dominação: 1) tradicional ou “ontem eterno”: exercido pelo patriarca ou princípio de outrora, em que a dominação se fundamenta numa tradição remota e a transferência de poder se realiza por critérios hereditários ou de parentesco; 2) dominação carismática ou “dom da graça”: exercida pelos profetas, senhores de guerra eleitos, governantes plebiscitários, o grande demagogo e os líderes de partidos políticos – a confiança reside na revelação trazida por um ato de heroísmo e outras qualidades individuais, assim como discursivas; 3)

dominação racional-legal: exercido pelo moderno servidor do Estado ou por aqueles que dele se assemelham – o domínio se exerce em virtude da legalidade e da fé que se deposita nos estatutos legais assim como na competência funcional baseada em regras rationalmente criadas.

Em Marx (xxxx), para fins deste trabalho, destacamos a temática da dominação através da “ideologia”. Segundo a definição mais conhecida do autor, a ideologia equivale à persistência das ideias de uma classe dominante sobre uma classe dominada. Mas a questão é mais profunda, uma vez que, conforme vimos, o Estado será, como instrumento de intervenção na sociedade para transformá-la de acordo com a classe que toma o poder, o grande difusor dessas ideias. Dessa forma, no interior de seu conceito de ideologia, Marx (xxxx) relata que, na medida em que vivemos, “agimos e pensamos” no interior de sociedades divididas e marcadas pela luta de classes, em que perspectivas sofrem pressões que deformam e prejudicam a universalidade de pontos de vista. Prosseguem afirmando que “sujeitos” são levados a crer que pensam algo sob ponto de vista universal e assim correspondem a princípios de exigência de objetividade para com os problemas políticos e sociais da humanidade, quando nada mais estão fazendo do que abordando as questões que lhes interessam sob ponto de vista estreito e unilateral marcado pelos horizontes da classe dominante. A classe que detém a produção material em uma sociedade também controla a produção “espiritual”³. Por fim, prossegue Marx (xxxx) observando que, quando o pensamento se torna incapaz de reagir contra esse quadro de limitações, enreda-se em meias verdades e se torna ideológico. Em razão das concepções apresentadas por Marx (xxxx) que alguns de seus estudiosos a definiram de forma simplificada como: “meias verdades”, “falsa consciência” (ADORNO, xxxx), “visão de mundo” (GOLDMANN, xxxx) e também como: “uma ilusão” e “um efeito social específico” (ALTHUSSER, 2010).

Essa última observação, feita por Louis Althusser (2010), nos chama a atenção. Se a ideologia é um efeito social específico,

³ Entendida como formação de personalidades.

então ela está inserida numa relação de subordinação a outra coisa. Se é efeito, então é fruto de uma produção. Sendo uma produção que objetiva estreitar visões, como disse Marx (xxxx), de acordo com a visão da classe dominante, ela também é “meio específico da política”: a violência, como vimos na temática da política em Weber (1988). Assim, a ideologia é também um meio e efeito de intervenção que uma classe ou nação utiliza na sociedade para sua intervenção e posterior transformação de acordo com sua visão de mundo, cujo instrumento produtor do consentimento é o discurso político. Está no discurso político a forma de convencimento necessária ao ganho de consentimento e a consequente dominação social. Dessa forma, prosseguimos com Marx (xxxx), quando ele diz que a ideologia é algo que deve ser negado por se tratar de “uma” representação da sociedade. É negando a ideologia que a contradição presente nela se revela. A contradição é entendida por nós como o desocultamento do discurso político, uma vez que, como define Marx (xxxx), a ideologia é uma representação da contradição que esconde a contradição atrás de um bem elaborado discurso político. Por fim, entendemos por discurso político um conjunto de pensamentos elaborados e estruturados por um grupo social, pertencente a uma sociedade civil, em disputa pelo poder, ou em sua manutenção, que visa à sua aplicação nos ordenamentos jurídicos-políticos, sociais, monetários e pedagógicos e assim adequar a sociedade da qual emerge conforme sua visão de mundo. A ideologia é apenas o disfarce do discurso político, por isso acrescentamos ao conceito de Goldman (xxxx) a expressão “constante campanha e propaganda”. Campanha e propaganda são dois termos que têm suas origens na guerra. Sair em campanha era sair com as tropas para defender ou conquistar territórios, assim como a palavra propaganda nasce com as Cruzadas, quando variadas unidades políticas católicas saem pelo mundo afora sob variados argumentos, quando na verdade se tratava, no discurso político, da luta/guerra pela catolicização do mundo. Dessa forma, separamos o discurso político de discurso ideológico, uma vez que, para nós, o discurso político é o lugar onde a luta real pelo poder não pode ser ocultada.

4 Uma análise de discurso político

Nesse trecho final, apresentarei um fragmento do meu livro, *O sanatório das almas* (BARBOSA, 2012), em que estudo a Igreja Católica e sua posição política dentro do contexto da radical década de 1930. Período este de choques agudos entre diversas facções políticas paramilitares, como a Aliança Liberal, de Getúlio Vargas; a Ação Integralista, de Plínio Salgado; e a Aliança Nacional Libertadora, de Luís Carlos Prestes. É um momento político crítico em que a Igreja Católica luta pelo retorno de sua influência na distribuição de poder na sociedade, assim como a retomada da influência e do monopólio nas áreas de produção de serviços sociais e educação.

Ressaltamos o papel das técnicas da psicanálise como meio de desocultamento do discurso político produzido pelas classes hegemônicas e na tarefa de recuperação histórica daquilo que tais classes ocultaram na produção material e “espiritual” na sociedade que controlam ou lutam pelo controle. Se toda nação tende a produzir um Estado próprio, a Igreja Católica brasileira não se mostra indiferente a isso. Desde o fim do século XIX, intensifica sua produção de boletins e diários. Em 1921, funda-se o Centro Dom Vital (e com ele a revista *A ordem*, que seria o principal meio de articulação impressa dos intelectuais leigos a serviço da Reação Católica), no Rio de Janeiro, o qual seria o centro de inteligência que finalmente colocaria a Igreja Católica brasileira de volta à cena política.

Quando se estuda um grupo social que luta pelo poder, é bom analisar em seu discurso ideológico os sentimentos que dizem respeito à sua luta. Nesse ponto, é comum encontrarmos o itinerário privação, frustração e castração presentes em discursos universalistas quanto às soluções urgentes para a sociedade. No entanto, o itinerário aparece antecedido por um mito fundador de uma sociedade que num determinado momento se tornará um axioma. O mito de fundação da nação brasileira é elaborado através da ação dos padres jesuítas e na ação catequizadora realizada por eles. O momento de privação se dá com as reformas pombalinas e com a dissolução e expulsão

da Companhia de Jesus das colônias portuguesas. No discurso da Igreja Católica, esse momento equivaleu a privar o povo brasileiro de viver em companhia de Jesus Cristo, aquele cujos valores o país se erguera e fizera sua história. A frustração ocorre com as observações sobre a situação interna e externa da Igreja. Se externamente perdera espaço tanto para os maçons, assim como para a fração Jansenista da Igreja (tratada como intolerável devido à boa recepção com os credos protestantes que desembarcavam no país), internamente criticavam a própria ação sacerdotal tida como apática. Com o advento da República, vem a castração, momento no qual Igreja e Estado se separam, o positivismo forma seu Estado próprio e a Igreja Católica brasileira começa a acreditar que seus dias podem estar contados. Um maior detalhamento do caminho percorrido pela Reação Católica pode ser melhor visto no livro citado. Abordaremos agora alguns exemplos de análise através da figura de Jonathas Serrano: historiador, cinematógrafo (tendo integrado a primeira comissão de censura do Brasil), jurista e pedagogo, o qual fora servidor público em quase toda sua vida profissional, sempre atuando de forma ativa em prol da causa católica. Serrano é um dos grandes nomes do Centro Dom Vital que atuaram na pregação e construção de uma historiografia católica brasileira; em outras palavras, na construção de uma história do Brasil em que a ação dos homens era puro reflexo da fé cristã que erguia e moldava o caráter do país (ideia de Brasil como uma comunidade de sentimentos compartilhados e moldados pelo catolicismo – *Res Sacrae*) e sua implementação nas escolas, sobretudo as de ensino público e laico (um dos maiores objetos fobógenos da Igreja Católica, a qual já advogava contra a ausência do ensino religioso nas escolas públicas).

A edição de setembro de 1922 da revista *A ordem* dá ênfase em seu editorial, assinado por Jackson de Figueiredo, à realização do Congresso Eucarístico. A crítica contida nas palavras de Jackson se voltava contra as comemorações promovidas em torno do Centenário de Independência do Brasil, organizadas pelos governos de diferentes cantos do país.

Segundo o editor, em tais comemorações estariam ausentes o sentimento de patriotismo e o espírito de nação. Seguia-se dali a necessidade de realização de um congresso eucarístico de moldes iguais ao de Roma, “a cidade eterna”, realizado pelo Papa Pio XI. Vários seriam os autores que abordariam tal temática na mesma edição do periódico. Jonathas Serrano (1922) publica um poema inspirado em vários momentos da história do Brasil, relacionando seu conteúdo como uma história de *Apotheose eucarística* (título da poesia).

A poesia de Serrano é composta por dois momentos. O primeiro, intitulado *Visões*, aborda a relação da história do país em comunhão com a fé e a Igreja Católica em algumas estratégicas localidades do país, tendo como ponto culminante os episódios de Tiradentes e a República. Segundo palavras do próprio autor, “evoca-se em *Visões* o passado da Terra de Santa Cruz, essencialmente cristão, da missa de Porto Seguro a essa hora triunfal”. (SERRANO, 1922, p. 60) O segundo momento fora intitulado *Vozes*, no qual o autor se inspira em diferentes perfis sociais, colocando-os diante de um chamado (convocação): “procurou orquestrar as vozes confusas que erguem boas ao Christo Eucarístico nesta imensa e estupenda sinphonia. A diversidade dos metros symboliza a diferença das almas, todas, porém, unisonas no amor”. (SERRANO, 1922, p. 60) Em *Vozes*, encontra-se o discurso da conversão e da apologética na concepção agostiniana de felicidade e salvação dos homens no encontro e recebimento desses da graça de Deus.

Em um parágrafo introdutório, o poeta Jonathas Serrano explica a seu público que, naquela centenária data, reuniam-se dois amores: o da Pátria, exaltada pelo autor como grande mãe generosa, e o de Deus:

Balouças mollemente as carenas redondas
Das portuguesas naos. E entre os beijos das ondas,
As carícias da brisa e os chuveiros de luz,
A maruza contempla a mais bella das ilhas,
Terra das maravilhas, Ilha de Vera Cruz (SERRANO, 1922, p. 60).

Mas, para que patente aos outros povos fique.
A Conquista de El-Rey, celebra Frei Henrique.
Rodeiam tosco altar selvagens e europeu.

E alva, aos raios do sol, refulge a Hostia Divina,
 Como para atestar á brisa matutina,
 Mais que a posse de El-Rey, outra posse – a de Deus
 (SERRANO, 1922, p. 60).

Nessa estrofe do poema, percebemos logo de início a utilização do termo “patente”, em tonalidade de claro aviso para com os outros povos. Patente é metáfora e metonímia que descarrila para um sentido de autoridade que carrega a palavra “marca”. Patente também denota um estar sob posse, uma forte ideia de pertencimento e “propriedade”. Em *No arraial do⁴ bom Jesus*, Serrano (1922) aborda o país após seu primeiro século de vida. Escreve que a “simples ilha” (a conotação sempre em gênero feminino a coloca no papel de “filha”) crescerá e agora prendia os olhos dos demais, que aqui viriam atraídos por seus encantos, belezas e riquezas. A palavra atração está sendo trabalhada num ambiente erótico que conduz a tentativas de “conquista”. A palavra conquista, por sua vez, encontra uma bifurcação: ela pode sugerir o ato de sedução, em que se obtém o amor desejado de outrem através de seu consentimento e reciprocidade de desejo, ou pode sugerir também a solução pela via da violência, ou seja, sem o desejo consentido da outra parte e que leva à tomada de posse (violação). O fato de o Papa dividir as novas terras entre portugueses e espanhóis deixa claro que a filha (Vera Cruz) não está autorizada por seu pai a se enamorar por ninguém. O estrangeiro, ciente do não consentimento de seus desejos, só vê como solução transcender a autoridade da figura paterna e tomar para si, através de suas próprias forças, seu objeto de desejo. Os sentimentos de pureza *versus* impureza dos desejos se encontram ocultas nas palavras do poeta Jonathas Serrano (1922), uma vez que coloca o autor que a ambição daqueles que aqui desembarcaram atrás da princesa era “devassar-lhe o recôndito misterioso [...] para arrancar da Terra (figura da mãe) o seu Tesouro (figura da filha)”. (SERRANO, 1922, p. 61) Serrano continua descrevendo o crescimento do país em torno da Cruz. A robusta fé cristã refreia brancos, civiliza índios, unifica todos na defesa do território:

⁴ “Do”: pertencimento, propriedade, posse; enquanto “de”: receberia uma conotação de “localidade”.

Francos, Anglos, Flamengos, varias vezes
Tentam pisar o solo ambicionado
Mas Ingleses, Franceses e Hollandeses
Vão-se... E vê-se lutar contra a gente inimiga
O índio, o branco, o negro, lado a lado
Na Comunhão da fé que a todos liga (SERRANO, 1922,
p. 61).

Os últimos versos que fecham a primeira parte da poesia entram na problemática da relação clero e república:

Desde então, pelos séculos em fóra
Sustenta-nos o Deus da Eucaristia,
Até chegar agora,
Á glorificação sublime deste dia.
O Martyr sonhador de Villa Rica,
Um symbolo de Deus quis na bandeira.
E o Deus de Tiradentes unifica
Na mesma Fé a Pátria bandeira
Ouçam-se agora os brados que soltamos
Nesta declaração solenne e pública:
Somos livres, e a fé que professamos
Mais robustece as forças da República.
Injusta a lei seria,
Que abafasse de um povo o sentimento.
Eia, irmãos, celebremos neste dia
Os triumphos do Grande Sacramento (SERRANO,
1922, p. 62).

A voz do soldado são versos que tratam de soldados desejosos por defender Deus e sua Pátria, apresentando-se como modernos cruzados da Igreja. Provoca, logo no início da leitura de suas estrofes, uma questão: são tais vozes oriundas das Forças Armadas brasileiras?

Companheiros, valentes soldados,
Deus e Patria quereis defender.
Sois da Egreja modernos cruzados,
Companheiros, valentes soldados,
Nossa lema é lutar e vencer.
Viva fé nosso peito conforta,
Não nos vence temos baixo e vil.
Ou na paz ou na guerra, que importa?
Viva fé nosso peito conforta,
Ao servirmos a Christo e ao Brasil (SERRANO, 1922,
p. 66).

Porém, todo o conteúdo posterior dos versos demonstra uma despreocupação proposital, uma vez que todo poder é divino e tudo, incluímos na *Res Sacrae*, a Deus pertence:

Gloria a Deus que commanda o Universo,
E que os erros dos homens desfaz.

Seus louvores cantemos no verso,
 Gloria a Deus que commanda o Universo,
 Gloria a Christo na guerra e na paz (SERRANO, 1922,
 p. 66).

Nos versos que compõe para soar como *A voz do operário*, Serrano busca aproximar a classe trabalhadora com a Igreja através da alusão ao ofício de carpinteiro exercido por Jesus Cristo:

Outras vozes falaram. Tosca e rude,
 Escute a nossa voz. Attende agora
 Ao que humilde obreiros te offerecem.
 Acurvados, sem treguas labutamos
 Para ganhar o pão de cada dia.
 Ó Christo, ó doce amigo do operário,
 Tu também trabalhaste na modéstia
 Daquelle incomparável officina
 De Nazareth, e mais que ao rico e ao nobre
 Preferiste no lar predestinado
 Um obscuro e sublime Carpinteiro.
 Ó Christo, nós te amamos e sabemos
 Que foste nosso amigo e que ficaste
 Sob humilde espécies encerrado,
 Desprezado e bem pobre muitas vezes,
 Para nos dar a todos nós exemplo (SERRANO, 1922,
 p. 66).

Observa-se que, logo nas primeiras frases, Serrano (1922) já alude às teorias que cercavam os movimentos operários (anarquismo, socialismo e comunismo), classificando-as como toscas e rudes. Solicita aos operários que escutem a voz da Igreja, a qual lembramos que é sempre doce, serena e sublime. Pede para que os operários atendam agora ao “chamado”, ou seja, se rendam (tomem posse do cajado) o quanto antes (obedeçam desde já, sem discussão) às ideias da doutrina do doce amigo do operário (Cristo e a inserção da doutrina católica – sempre ressaltada, conforme ainda veremos, como um fim mais alto – nos movimentos). No próprio humilde ambiente de trabalho do operário, em outras palavras, no lar predestinado, é inserido o argumento de conversão desses através do axioma de que seu ofício, por ser da mesma classe de Jesus, está fadado a se encontrar com Cristo. Serrano finaliza tais versos com a completa redenção do movimento operário:

O Sermão da Montanha é a nossa Carta
 E as bemaventuranças que prégaste

Confortam-nos, inspiram-nos, mostrando
Um fim mais alto para a vida humana.
E nos deveres que nos apontaste
Encontramos a força necessária
Para os direitos defendermos nossos,
Na ordem, sem violência, mas tenazes,
Pela certeza de que estás conosco,
Ó Tu, Deus da bondade, Homem perfeito,
Rei dos pobres, Amigo dos que soffrem,
Ó Divino, ineffavel Operário! (SERRANO, 1922, p. 67).

Acima da Constituição do Brasil é colocado o Sermão da Montanha como a Carta Máxima que regula as atividades operárias. Nesses versos, Serrano (1922) relaciona o argumento católico com o argumento que falta para o movimento operário ganhar força e lutar por seus direitos. Os operários tendo agora a certeza de que estão com Cristo estão também seguros de que não mais se encontram à margem da política, podendo prosseguir com sua luta dentro da ordem, sem violência, mas com grande força e coesão (tenaz/tenacidade). Há algo mais para ser visto na palavra tenaz e seu uso relacionado ao movimento operário. Como nos mostra a história, o país se industrializava, não sendo por menos que emerge a classe operária. O proletariado emergente era tratado à margem das questões políticas, não sendo por menos que cunha e populariza o autor dentro das ciências sociais a diferenciação das questões como caso de política, para quando as ideias e reivindicações fazem parte da pauta política; e, como caso de polícia, quando cada movimento de reivindicação tem como resposta das autoridades o não reconhecimento de suas necessidades através do recurso da violência física pelos meios repressivos. Assim fora com o movimento operário. Se, agora, como coloca Serrano, o movimento pode seguir tenaz, pois está com Cristo e estando com Cristo estão seguros, pode a tenacidade operária se tornar – conforme consta no verbete de tal palavra em vários dicionários – uma espécie de metal (o tenaz), que suporta grandes pressões sem se quebrar.

Na última voz, a da pátria, é comemorado o centenário, mas quem faz aniversário, quem é felicitado e ganha o presente não é nem o Brasil, nem o povo:

Salve, três vezes salve, ó Jesus, que na América

– O mundo de amanhã, da Liberdade aos brilhos,
 Dominas Triunhal, como Único Rei [...]
 Recebes pela voz livre de um povo inteiro
 A homenagem suprema, a que a fé nos conduz.
 Tem na hóstia um Brasão nossas primeira páginas,
 E a Cruz civilizou o solo brasileiro,
 Que foi, é, e há de ser Terra de Santa Cruz
 O coração do Deus Eucarístico,
 Vê que de leste a oeste, de sul ao norte
 Correm a te acclamar os fiéis, aos mil e mil.
 Ouve os hymnos de fé, ouve os brados patrióticos:
 – Nós queremos Jesus, – Independência ou Morte!
 Escuta-nos, Senhor. – Ei-lo, é *teu, o Brasil!* (SERRANO,
 1922, p. 68).

5 Considerações finais

Dessa forma, vemos como os versos selecionados aparecem no “discurso político” da “Reação”, advogando uma história política e social da *Res Sacre*: uma Coisa Sagrada cuja posse e patente pertence a Deus (na abordagem católica), tratado como um axioma político-teológico que deve ser imutável na história do Brasil, opondo-se claramente ao conceito de *Res Publica* e, assim, desocultando o “axioma” como um “constructo” político contido na “prática discursiva” – o efeito social específico que visa a ser a ideologia – dos advogados da Reação. Os argumentos aparecem sempre em defesa e exaltação de um país que foi, é e sempre será “Terra de Santa Cruz”. Um brasão, como “aludido” na hóstia, é o escudo de armas de uma família, sendo também carregado por uma pessoa como o emblema de sua prole. Carrega também o brasão, em localidades específicas, as honrarias e glórias conquistadas por tais famílias. A prole brasileira tem, nesse caso, seu brasão representado na hóstia que dispensa outros tipos de armas, uma vez que é corpo e sangue de Cristo. O brado patriótico, nesse discurso, exige Jesus Cristo, e logo vem o grito pela independência. O sacrifício pelas causas de Deus figura em pagar com a vida de bom pastor para o caso de negação dessa independência. Ser independente é ser livre, é não estar sob domínio, submetido ou sujeito a “outro”. A liberdade em questão é a liberdade da Igreja para influenciar e não mais ser um mero apêndice de outras ordens

políticas. Assim, o grito que pede por liberdade pede pela promoção do reencontro de Cristo com o Brasil, mas com o Brasil católico, pois, do contrário, seria esse outro Brasil não reconhecido e adversário a ser vencido como encontramos na análise do discurso da Reação. Não podemos esquecer a temática da liberdade na velha máxima de Montesquieu (1973): “Liberdade é o direito de fazer tudo que a lei permite”. Há sempre uma “condição” para o recebimento e exercício da liberdade. Seja no plano das regras racionais-legais ou no âmbito político-teológico, sendo este o lugar em que residiu toda a ação comunitária a serviço da Reação Católica na promoção do Brasil como *Res Sacre* em oposição a uma construção republicana do país.

Referências

ADORNO, Theodor W.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*, São Paulo: Graal, 2010.

BARBOSA, Flávio Rodrigues. *O sanatório das almas. Reação Católica e radicalização política na década de 1930*. Curitiba: Editora Appris, 2012.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90. política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasileiro, 2004.

ENGELS, Friedrich.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOLDMANN, Lucien.

JAEGER, Werner. *Paidéia. A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

LENIN, Vladimir. *O estado e a revolução*. São Paulo: Edição Popular, 2011.

LACAN, Jacques. *O Seminário. Livro 4. A relação de objeto*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MARX, Karl.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Livro XI, capítulos I-VI. São Paulo: Ed. Abril, 1973. (Coleção Os pensadores).

SERRANO, Jonathas. *Apotheose eucarística. Revista A Ordem.* Rio de Janeiro, set. 1922.

WEBER, Max. *Economía y sociedad.* Tradução de J. Medina Echavarriæ et al. 2. ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações.* São Paulo: Cultrix, 1988.

Interdisciplinarity in social sciences: notes on politics and psychoanalysis

Abstract

The work presented here, thanks, in large part, from my research that resulted in the publication of my first book, seeking a way to contribute to the approximation of interdisciplinary studies between Political Science and Psychoanalysis. Both fields of knowledge production have techniques and tools nearby, which we believe are of great wealth, especially for studies related to the field of politics tied to symbolic violence contained in the discourses of social groups. At this point, we highlight the philosophy of Karl Marx, Max Weber's political sociology and psychoanalysis developed by Jacques Lacan, in his approach toward the language, as our major contributors to the task of uncovering the unspoken and forbidden in the speeches of the hegemonic classes.

Keywords: politics, sociology, psychoanalysis, political discourse.

Enviado: 01-11-2013

Aprovado: 02-28- 2013